

## TRIUNFO DE DONALD TRUMP: MENSAGENS E SIGNIFICADO

*Gilmar Mendes Lourenço*

A despeito das manifestações de surpresa de membros da academia, analistas políticos e formadores de opinião, e medo e indignação de parte da população mundial, o triunfo de Donald Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos (EUA), traz algumas mensagens extremamente relevantes, se forem considerados a natureza racional de sua expressiva massa de eleitores, a envergadura e solidez das instituições daquele País, especialmente do Congresso, a necessidade de aprimoramentos nos diálogos não traumáticos com a Rússia e a ascensão de uma espécie de novo populismo, avesso aos preceitos democráticos mais elementares.

É fácil perceber a proliferação de uma demagogia de extrema direita, sintetizada nas ações da influente francesa Marine Le Pen, da Frente Nacional, de Vladimir Putin (mandatário da Rússia) e de Recep Tayyip Erdogan (presidente da Turquia), que vem garimpando encorpadas revoltas contra a drástica redução do ritmo de expansão econômica das nações centrais (EUA e União Europeia), traduzidas na descoberta e escolha de inimigos, como companhias transnacionais e imigrantes, que estariam debilitando os mercados de ocupações locais.

Os recados das urnas norte-americanas referendaram a proposta de revisão dos princípios aplicados à estratégia de intensificação da globalização dos mercados, desde fins dos anos 1980, que serviram para catapultar a China para o posto de maior exportador do planeta e ocasionar a perda de esplendor industrial sem precedentes na história econômica dos EUA, evidenciada pelo deslocamento de atividades para o continente asiático na busca de menores custos de mão de obra.

O êxito eleitoral do rótulo de não político de Trump, destacado durante a campanha, representou uma fragorosa derrocada da política tradicional, comandada a partir dos interesses sediados na capital nacional. Não por acaso, as regras de funcionamento do sistema capitalista mundial, em mercados avançados e emergentes (encarregados de promover, rápida e definitivamente, a abertura comercial e financeira e a desregulamentação), foram fincadas pelo Consenso de Washington, em novembro de 1989.

Por certo, a população americana aproveitou o espaço eleitoral para exprimir elevado grau de insatisfação com a centralização de poder no exercício de tomada de decisões estratégicas e a negligência oficial com a acentuação da heterogeneidade do tecido social, da fragilização da matriz produtiva e das disparidades inter-regionais de geração de emprego e renda, não revertida com os esforços de superação das agruras provocadas pela instabilidade causada pela crise do subprime, em 2007 e 2008.

Há também que considerar a derrocada da esmagadora maioria das fábricas da “indústria de pesquisas” de intenções de voto, endossadas por veículos de comunicação de expressão, que erraram feio e serviram como suporte à artificial multiplicação das chances de vitória de uma plataforma conservadora, intervencionista e negligente com os ensaios de confrontação internacional, defendida pela candidata democrata.

Em resposta aos equívocos dos resultados dos inquéritos, que ultrapassaram, em larga proporção, as margens de tolerância, e das projeções, alguns institutos apresentaram de pronto como desculpa a omissão ou silêncio na declaração de desejo de sufrágio, por parte dos eleitores de Trump, até por vergonha ou temor de intimidação. Seriam os trumpistas escondidos.

A ciência política até respalda esse tipo de explicação. Estudo preparado nos anos 1970 pela alemã Elisabeth Noelle-Neumann denotou a posição silenciosa a respeito de determinado tema, assumida por frações da sociedade, baseada na crença de tratar-se de opinião polêmica e minoritária. Seria a “espiral do silêncio” que também justificaria a vitória do Brexit, decisão de saída do Reino Unido da União Europeia, tomada em 2016, contrariando as previsões dos meios especializados.

*Parece mais correto admitir a obsolescência dos procedimentos de captura de confissões de voto e a elitização das sondagens efetuadas pelas redes sociais.*

Soaria mais correto admitir a obsolescência dos procedimentos de captura de confissões de voto, centrados em investigações telefônicas, e a elitização das sondagens efetuadas pelas redes sociais que, no caso dos EUA, não teriam captado as preferências do “cinturão da ferrugem”, área baseada na indústria pesada e manufatureira, situada no nordeste, e nas regiões dos grandes lagos e dos montes apalaches, que empobreceram com o encerramento de atividades de plantas fabris e o fechamento de vagas de trabalho.

A exceção coube ao jornal *Los Angeles Times*, da Califórnia. Ao longo de quatro meses, o periódico, em parceria com a Universidade da Carolina do Sul, apurou, em média, seis pontos percentuais a mais nas intenções em favor de Trump, em relação aos resultados dos levantamentos feitos pelos demais institutos.

Por ocasião do voto, a interferência crucial coube à presença maciça dos eleitores de Trump – predominantemente homens brancos com reduzida escolaridade, habitantes das regiões deprimidas do meio oeste (Wisconsin e Michigan) e da Pensilvânia – e da menor participação, em relação aos pleitos anteriores que alçaram o democrata Obama, dos simpatizantes de Hillary Clinton, notadamente jovens e negros.

No final das contas, o que se viu foi enorme discrepância entre os diagnósticos brotados do ambiente universitário e de formadores de opinião e o comportamento predominante nas ruas, ocupadas por eleitores americanos, precisamente a faixa considerada média e composta notadamente por trabalhadores afastados do moroso processo de recuperação econômica, iniciado em 2009.

O discurso de vitória de Trump, consagrada pela regra indireta do colégio eleitoral, instituído na constituição de 1787, foi, surpreendentemente, não agressivo, carregado de acenos conciliatórios, e os reconhecimentos de derrota de Obama e Hilary foram meramente protocolares e, exatamente por isso, muito bons, na direção da restauração do diálogo e da interpretação criteriosa e adequada da voz surgida das apurações.

É cedo para imaginar os passos do futuro governo de um presidente que está longe de constituir unanimidade em sua própria agremiação e atirou para todos os lados no período de disputa. Convém lembrar que o abandono de parcela relevante dos princípios do partido republicano, durante o ciclo eleitoral, atendeu não apenas aos propósitos de recuperação do cargo de presidente, mas viabilizou a maioria da legenda no legislativo e até na Suprema Corte, dado que caberá a Trump a designação do nono juiz que ensejará o desempate entre liberais e conservadores, naquele ambiente decisório.

Resta aguardar a composição da equipe de secretários de estado do ocupante da Casa Branca a partir de 20 de janeiro de 2017. Se impregnada de adeptos e executores da agenda e pauta levantada nos palanques, repleta de pontos pouco consistentes e até extravagantes, inseridos em uma agressiva empreitada geopolítica antiglobalização, poderá ocasionar ferimentos na ordem econômica mundial e, por isso, dará enorme trabalho ao Congresso, guardião da estabilidade institucional.

Já, se tiver feições republicanas, ortodoxas e, doravante, mais nacionalistas e com dirigismo estatal, facilitada pela provável ponte a ser construída pelo vice-presidente Mike Pence, poderá servir de freio ao cumprimento de vários “compromissos” estapafúrdios assumidos, especialmente as ideias de cancelar programas sociais como o Obamacare, criado pelo presidente Obama para área da saúde.

Igualmente carente de visão ampla e justificativa convincente seriam as proposições de radical revisão do tratado de livre comércio da América do Norte (NAFTA), com Canadá e México, e a suspensão da ratificação da parceria trans-pacífico (PTP), celebrada com as nações asiáticas e latino-americanas, que, se levadas adiante, podem provocar profunda desorganização nas redes de comércio e cadeias de valor globais.

Embora com apreciável apelo popular, o manejo de instrumentos voltados à reindustrialização dos EUA e ao reordenamento geográfico do eixo dinâmico da economia mundial, com a supressão do protagonismo asiático, que representa 2/3 da população mundial, possuem reduzidas chances de concretização, ao reprovarem em qualquer teste microeconômico de otimização.

No mesmo elenco de teses complexas aparece a eliminação dos acordos de suspensão do programa nuclear com o Irã, o fim do tratado de Paris (assinado em 2015, para limitar as emissões de CO2), o reexame da participação americana na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o aumento da produção doméstica de carvão mineral em detrimento das energias renováveis como solar e eólica.

No terreno da política econômica, parece provável a ativação de mecanismos dirigidos à ampliação do protecionismo (elevação das alíquotas de importação e das barreiras não tarifárias), diminuição da carga tributária (de uma alíquota máxima de 39,2% para 25%) e expansão líquida dos dispêndios governamentais (acréscimo em estradas, túneis, portos, aeroportos e defesa e declínio em saúde e previdência), estimada em US\$ 7 trilhões, o que, em circunstâncias de rota cadente do desemprego, forçará a elevação dos juros, valorização dólar e pronunciado rearranjo das carteiras de ativos financeiros globais em favor do mercado norte-americano, o que deve comprimir e encarecer o financiamento internacional, estreitando as margens de manobra das nações com finanças públicas arruinadas.

Mesmo sendo duramente afetado pelo inevitável recuo das vendas externas e das cotações das commodities minerais, metálicas e agrícolas, por conta do menor crescimento da economia mundial, o Brasil é pouco dependente de acordos comerciais.

*Na política econômica, é provável a ativação de mecanismos dirigidos à ampliação do protecionismo, diminuição da carga tributária e expansão líquida dos dispêndios governamentais.*